



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 20/2019, em que é recorrente **António José Pires Ferreira** e recorrido o **Tribunal da Relação de Barlavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 32/2023

(Reclamação Anómala contra o Acórdão 7/2023 dirigida ao TJ-CEDEAO pelo Sr. António José Pires Ferreira)

I. Relatório

1. O Senhor António José Pires Ferreira, dizendo-se inconformado com o Acórdão 7/2023 prolatado por esta Corte Constitucional, protocolou reclamação dirigida ao Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental contra o Estado de Cabo Verde junto à secretaria deste Tribunal, tendo, para o que releva, articulado argumentação no sentido de que:

1.1. Competiria ao Tribunal Constitucional conhecer da admissibilidade dessa reclamação em virtude do regulamento interno dessa corte sub-regional, e ao “revés” remeter a peça através do Ministério dos Negócios Estrangeiros a essa entidade judicial:

1.2. Depois de um longo arrazoado, pede que se:

1.2.1. Revogue o Acórdão 7/2023, com “as consequências legais de direito interno”;

1.2.2. Anule a decisão de indeferimento da reclamação proferida pela Relatora, no lugar do Presidente, do TRB com “vista ao julgamento do recurso de apelação pelo respetivo órgão colegial, com efeitos de produção da suspensão da inst[â]ncia ou seja, do

processo principal de honorários de advogado em que o juiz a quo não o teria admitido por despacho (por apenso ao processo de execução, malgrado tramitado à revelia do CPC que atribui efeitos de sua[??] por efeitos da proposição de tal recurso ordinário contra tal despacho que ponha termo ao processo, por força da alínea a. do nº 1 do artigo 601-A do CPC)”;

1.2.3. “De sorte que também se resolva remeter o ‘recurso suspensão constitucional’ para o Tribunal Constitucional - restrito à questão da inconstitucionalidade material do nº 1 do artigo 578º do CPC que veda ao recorrente o direito de recurso ao tribunal superior, quando o valor da causa caia na alçada do tribunal, por violação do princípio geral do DIP geral ou comum -ao duplo grau jurisdicional, independentemente do valor”;

1.2.4. “Concedendo assim o TJ da CEDEAO o amparo dos direitos constitucionais de acesso à justiça ordinária e à justiça constitucional e à tutela jurisdicional efetiva, análogos de direitos fundamentais reconhecidos constitucionalmente, por via de julgamento da apelação pelo TRB, e talvez, recurso constitucional supra pelo TC”.

2. Tratando-se de autos findos e já arquivados, por iniciativa do Juiz Conselheiro Presidente (JCP) o Tribunal reuniu-se no dia 17 de março para apreciar o requerimento, seguindo-se a decisão que se lavra abaixo e que segue acompanhada dos fundamentos expostos a seguir.

II. Fundamentação

1. O Senhor António José Pires Ferreira protocolou o que designou de reclamação contra um acórdão deste Tribunal Constitucional, aparentemente pretendendo que este Coletivo aprecie a sua admissibilidade e/ou remeta-o ao órgão alegadamente competente para o conhecer – que, na sua opinião, seria o TJ-CEDEAO – através do MNECIR.

2. Esta tentativa de ressuscitar um processo findo pelo trânsito em julgado através de uma reclamação dirigida a um órgão incompetente para o conhecer e através de procedimentos manifestamente inidóneos é a todos os títulos censurável.

2.1. Posto que, no mínimo, e perante dezenas de pedidos efetivos de amparo a aguardar apreciação, o Coletivo é obrigado a reunir-se para apreciar um requerimento espúrio e absolutamente infundado que, sem qualquer enquadramento na legislação doméstica, tenta reavivar autos findos referentes a decisões judiciais que, nesta fase, só podem estar – e a menos que existam outros recursos paralelos aptos a sustarem a sua eficácia por decidir – em situação de legítima execução com todas as consequências legais;

2.2. Nos termos do *Acórdão 05/2022, de 10 de fevereiro, Alex Saab v. STJ*, Red: JCP Pinto Semedo; JC Aristides R. Lima; JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro, pp. 346-348, numa situação em que a legislação não oferece base para que o Secretário ou o JCP possam determinar a devolução das peças sem intervenção do Coletivo.

3. Sobretudo em se tratando de assunto sobre o qual recai um Acórdão do próprio Tribunal Constitucional que confirmou decisão do Egrégio STJ de desaplicação e complementarmente declarou, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade de norma hipotética segundo a qual os tribunais cabo-verdianos teriam a obrigação de cumprir decisões exaradas pelo TJ-CEDEAO, pelo menos em matéria de direitos humanos, como é o caso em apreciação (*Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente à aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos internacionais por inconstitucionalidade*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima e JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, 12). Do que decorre que:

3.1. Não pode apreciar a admissão de uma reclamação que é dirigida a um Tribunal Regional que não tem jurisdição em matéria de direitos humanos sobre a República de Cabo Verde, precisamente porque, como se desenvolve nesse aresto, o Estado não se vinculou ao Protocolo do TJ-CEDEAO de 2005 – que reconhece tais poderes a esse órgão judicial e concede legitimidade a indivíduos para dirigirem queixas por violação dessa categoria de direitos –, nos termos previstos pela Lei Fundamental;

3.1.1. Na ocasião deixou-se assentado que o “Tribunal Constitucional não pode deixar de considerar que o Estado de Cabo Verde não está vinculado ao Protocolo de 2005 e à sua cláusula de aplicação provisória por não o ter assinado ou ratificado, por não ser obrigado a cumprir um tratado ao qual não deu o seu assentimento e a cumprir decisão judicial de tribunal regional ao qual não reconheceu competências em matéria de queixas individuais por violação de direitos humanos, geral ou no caso concreto, e por não ter tido qualquer comportamento do qual se poderia inferir esse reconhecimento de jurisdição e o consequente dever de acatamento” (Ibid., 12.11), por essa razão, endossando “o entendimento já lavrado pelo Supremo Tribunal de Justiça de que em casos nos quais o Estado de Cabo Verde não manifestou consentimento em ficar vinculado por um tratado e não atribui uma competência específica a um tribunal internacional o cumprimento desse tratado e a execução interna dessa decisão teria[m] um grande potencial para atingir de forma inconstitucional o princípio da soberania nacional, consagrado no número 1 do artigo 1º da Constituição da República, com corolários no número 1 do artigo 11 da Carta Magna e com reflexos no artigo 119 que consagra os tribunais como órgãos de soberania” (Ibid., 12.11.1).

3.1.2. Nesse sentido, qualquer ato empreendido por este Tribunal que se relacione à participação em procedimento judicial que tenha na sua base decisão de admissibilidade sobre reclamação dirigida ao TJ-CEDEAO pressuporia uma atuação contrária à soberania nacional, materializando-se numa conduta de desrespeito pela Constituição;

3.2. Por esses mesmos motivos, muito menos poderá remeter a um outro órgão do Estado que integra o poder executivo tal peça, legitimando *a priori* e induzindo-lhe em prática inconstitucional que poderia, inclusive, suscitar questões de responsabilidade política e criminal do agente do poder público envolvido.

4. Determinando que se siga a orientação adotada no *Acórdão 05/2022, de 10 de fevereiro, Alex Saab v. STJ*, Red: JCP Pinto Semedo; JC Aristides R. Lima; JC Pina Delgado, II e III, concernente a situações em que se traz ao conhecimento do TC requerimentos manifestamente infundados.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem ordenar à Secretaria Judicial que devolva a peça que o Senhor António José Pires Ferreira remeteu ao Tribunal Constitucional pedidos de admissão de reclamação dirigida ao TJ-CEDEAO e de remessa dos autos a esse órgão judicial através do MNECIR, e que doravante não receba qualquer incidente ou requerimento de qualquer espécie referente aos Autos de Recurso de Amparo 20/2019.

Registe, notifique e publique.

Praia, 22 de março de 2023

Pelo Tribunal:

José Pina Delgado
Aristides R. Lima
João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 22 de março de 2023.

O Secretário,

João Borges